

PODER

PGR avalia se desarquiva parecer da CPI da Covid

Senadores que integraram a comissão pedem a Gonet para analisar o relatório elaborado pelo colegiado, que implica Bolsonaro e foi refutado por Augusto Aras

» VINICIUS DORIA

Um grupo de senadores que participaram da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ações do governo relacionadas à pandemia da covid-19 esteve, ontem, com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, para pedir o desarquivamento das ações propostas pelo colegiado.

Quando a CPI encerrou os trabalhos, em outubro de 2021, o relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL) foi encaminhado ao então procurador-geral, Augusto Aras, que arquivou todas as denúncias apresentadas pela comissão. Agora, os senadores têm a expectativa de que a Procuradoria-Geral da República (PGR) reveja a decisão, diante do surgimento de casos novos relacionados ao governo de Jair Bolsonaro.

“Nós saímos daqui com a última fala do procurador Gonet, que destacou que o trabalho feito por nós (na CPI) é digno de admiração e será por ele, no âmbito da PGR, prestigiado. Para nós, isso é o mais relevante, fundamental desse encontro”, disse o líder do governo no Congresso, Raulo de Faria (sem partido-AP), após o encontro. Na avaliação dele, o indiciamento de Bolsonaro pela falsificação de cartões de vacina é mais um elemento para justificar um reposicionamento da PGR.

Após encerrar os trabalhos, a CPI encaminhou à PGR, à época comandada por Aras, 11 petições para abertura de ação penal contra o então presidente Bolsonaro e membros da sua equipe, como os ex-ministros da Saúde Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga.

Reprodução/redes sociais



Gonet com senadores: na avaliação deles, indiciamento de Bolsonaro pela PF justifica nova análise

A lista de crimes apontados foi grande, como irregularidades na aquisição de vacinas; indicação de tratamento precoce e medicamentos ineficazes, como a cloroquina; desincentivo e descumprimento de medidas preventivas, como uso de máscara; emprego irregular de verbas públicas; organização criminosa; e prevaricação. No caso específico de Bolsonaro, ele foi indiciado em nove crimes.

Dessas ações, quatro foram arquivadas definitivamente; uma corre na Justiça Federal no Amazonas, e seis foram objeto de recursos por parte da CPI contra a decisão de

arquivamento, que ainda não foram julgados pelo Supremo.

Os senadores defendem que, nessas seis ações, há possibilidade de revisão do entendimento do ex-chefe do Ministério Público. “O fato é que essas ações estão em aberto com pedidos de diligências e poderão ser levadas em consideração”, disse o relator da CPI, Renan Calheiros.

“A investigação que se fez na CPI foi à luz do dia, com acompanhamento de todos os meios de comunicação. Há até um excesso de provas que nem foram levadas em consideração pelo ex-procurador”, queixou-se Calheiros em relação à posição de Aras.

“Agora, a PGR vai ter a oportunidade de fazer o que não fez na gestão passada, em que disseram que não têm provas, que não é do interesse público, agora pode dizer”, complementou o senador Humberto Costa (PT-PE). A PGR não tem prazo para analisar o pedido da CPI.

Ações, omissões e irregularidades da gestão Bolsonaro na pandemia, que deixou um saldo de mais de 700 mil mortos no Brasil, foram objeto de investigação da comissão do Senado, que, depois de seis meses de trabalhos, produziu um relatório de 1,1 mil páginas, com o indiciamento de 80 pessoas.

Gilmar: “Saímos de especulações para provas”

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que os elementos colhidos pela Polícia Federal na investigação que apura uma suposta articulação golpista no entorno do então presidente Jair Bolsonaro são “muito convincentes”. Para o magistrado, as provas indicam que “de fato algo de muito ruim estava em marcha”.

Gilmar e os outros 10 ministros do STF serão responsáveis por julgar Bolsonaro se a Procuradoria-Geral da República (PGR) formalizar a denúncia criminal contra o ex-presidente.

“Eu, como observador da cena há muito tempo, raramente a gente teve avanços tão significativos. Saímos de especulações para provas. Assistindo àquilo que vocês têm divulgado, mais do que as coisas que leio no próprio tribunal, a propósito

Gustavo Moreno/SCO/STF



Para ministro, provas indicam que “algo de muito ruim estava em marcha”

daquela reunião com os ministros em que os ministros militares falaram, [Augusto] Heleno [do GSI], Paulo Sérgio [da Defesa], fico admirado com os dados que a Polícia Federal conseguiu obter.

São de fato muito convincentes de que algo de muito ruim estava em marcha”, ressaltou, durante participação em um evento em Brasília.

O magistrado se refere à

reunião filmada no Palácio do Planalto em julho de 2022 com a presença de Bolsonaro e diversos de seus ministros. No encontro, o então presidente afirmou que “não podemos deixar chegar as eleições e acontecer o que está pintado”.

O general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional à época, disse que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) iria “montar um esquema para acompanhar o que os dois lados estão fazendo”. O próprio Bolsonaro pediu para o ministro interromper a fala naquele momento e que o assunto fosse discutido em particular para não ser vazado.

Já o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio, destacou que “a comissão [eleitoral, organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral] é para inglês ver”. Enfatizou, ainda, que se sentia “na linha de contato com o inimigo”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

O cartão de Bolsonaro provocou o “efeito borboleta”

Um dos mais famosos casos de investigação criminal é a prisão de Al Capone, o mafioso que comandou o crime organizado em Chicago no fim da década de 1920 e começo da década de 1930. O gangster italo-americano nasceu em Nova York e sucedeu Johnny Torrio no comando da máfia norte-americana, que controlava a venda ilegal de bebidas alcoólicas, proibidas nos Estados Unidos na época da Lei Seca.

Além da fabricação e do contrabando de bebidas, Al Capone comandava uma rede criminosa cujas atividades envolviam agiotagem, cafetinagem, extorsões e venda de drogas. Preso em 1931, faleceu em 1947. O filme *Os Intocáveis* (1987), de Brian de Palma, durante duas horas descreve a atuação dos policiais que investigaram e prenderam Al Capone, não em razão dos muitos crimes que cometeu, porém, por causa de uma fraude na declaração de Imposto de Renda.

O agente federal Eliot Ness (Kevin Costner) é um personagem real, destacado para combater a criminalidade numa Chicago refém das quadrilhas que se desenvolveram pelas beiradas da Lei Seca. No filme, ele consegue montar um time de policiais honestos: Jim Malone (Sean Connery), George Stone (Andy Garcia) e Oscar Wallace (Charles Martin Smith), que enfrentam os corruptos da cidade e perseguem Al Capone. Robert De Niro consegue caracterizá-lo como de fato era: poderoso e cínico, um assassino muito violento.

Al Capone passou a ser investigado pelo FBI após o Massacre de São Valentim, quando sete integrantes de uma gangue rival foram assassinados. Mas o caminho para prendê-lo foi sua situação fiscal: o Tesouro e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos indiciaram o mafioso italo-americano por sonegação fiscal, pois devia cerca de US\$ 200 mil em impostos.

Também foi indiciado por violar a lei que proibia a venda de bebidas alcoólicas no país. Seu primeiro julgamento acatou 22 acusações de sonegação fiscal, resultando em uma condenação de 11 anos, além de multa e a obrigação de pagar custas do processo. Al Capone foi preso em 1931 e, posteriormente, enviado para a prisão de segurança máxima de Alcatraz, onde passou a sofrer com o avanço dos efeitos da sífilis. Em 1939, saiu da cadeia e viveu seus últimos anos em liberdade. Faleceu em 1947. Nunca foi condenado por assassinato.

Ontem, a Polícia Federal indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 16 pessoas por supostas fraudes em cartões de vacina contra a covid-19. Bolsonaro pode ser condenado a até 15 anos de prisão. Também foram indiciados seu ex-adjudante de ordens Mauro Cid e mais 15 envolvidos na operação de falsificação de um cartão de vacinação para Bolsonaro, necessário para ingressar nos Estados Unidos. Indiciado por associação criminosa, falsidade ideológica de documento público, inserção de dados falsos em sistema de informações, Bolsonaro está muito enroscado nessa fraude por causa da delação premiada de Mauro Cid.

Tudo no celular

Bolsonaro se recusou a tomar vacina contra a covid-19. A falsificação do seu cartão de imunização teve uma espécie de “efeito borboleta”, uma expressão utilizada na Teoria do Caos por causa de características marcantes dos sistemas caóticos. Detectado e descrito pelo meteorologista estadunidense Edward Lorenz, quando trabalhava em um sistema de equações diferenciais com o objetivo de modelar a evolução do tempo (clima), o “efeito borboleta” é uma alegoria, segundo a qual o bater de asas de uma borboleta na Austrália pode desencadear uma sequência de fenômenos meteorológicos que provocarão um tornado na Califórnia.

É mais ou menos o que aconteceu. Mauro Cid teve seu celular recolhido numa operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal ao investigar a falsificação do documento do SUS. No celular, havia também informações sobre o famoso caso da venda de um relógio cravejado de brilhantes recebido por Bolsonaro da Arábia Saudita, durante viagem oficial como presidente da República. O envolvimento do pai de Mauro Cid, o general Lorena Cid, na venda do relógio foi descoberto por causa de uma foto arquivada no celular.

A casa caiu. Mauro Cid foi aconselhado a fazer delação premiada para proteger sua família: falou tudo o que sabia, sobre as joias e a trama palaciana para dar um golpe de Estado e manter Bolsonaro no poder. Ao pedir o indiciamento, a PF argumenta que a falsificação dos cartões “pode ter sido utilizado pelo grupo para permitir que seus integrantes, após a tentativa inicial de golpe de Estado, pudessem ter à disposição os documentos necessários para cumprir eventuais requisitos legais para entrada e permanência no exterior (cartão de vacina), aguardando a conclusão dos atos relacionados a uma tentativa de golpe de Estado, que eclodiu em 8 de janeiro de 2023”. Olha aí o “efeito borboleta”.

Após a PF indiciar os suspeitos, cabe à Procuradoria-Geral da República (PGR) oferecer denúncia ao STF ou não. Uma vez denunciados, o tribunal analisará as provas para iniciar ou não uma ação penal. O caso está na alçada do ministro Alexandre de Moraes. Bolsonaro pode, sim, ser condenado por falsificar um documento do SUS, mas não é um Al Capone. É um líder político, que se diz perseguido e mobiliza seus apoiadores em torno disso. Essa disputa política é o outro lado da moeda. Por isso, mais do que nunca, é preciso respeitar o devido processo legal.

Rayssa,
filha de Iara Carvalho,
que recebe o Cartão
Material Escolar.

Cartão Material Escolar. Material garantido para os estudantes que mais precisam.

O Cartão Material Escolar é um programa que começou no DF, está servindo de exemplo para outros estados e beneficia 155 mil crianças de famílias de baixa renda. Além disso, o programa gera um impacto positivo na economia beneficiando centenas de pequenas papelerias cadastradas.

